



Anais da Assembleia

Nº 132

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA

ATA DA 200.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1976.

SEXTA — FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Osvaldo Macedo.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem 130/76

Curitiba, 11 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva denominar “GRUPO ESCOLAR PROFESSORA ISABEL LOPES SANTOS SOUZA”, o Grupo Escolar do Pinheirinho desta Capital.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembleia Legislativa é altamente significativa, eis que expressa uma justa e merecida homenagem à Professora Isabel Lopes Santos Souza, renomada mestra do ensino oficial de nosso Estado, ao qual prestou inestimáveis serviços por quase meio século.

Iniciando sua carreira no Magistério em 07 de julho de 1911, por nomeação do então Presidente do Estado Doutor Francisco Xavier Silva, Dona Isabel assumiu o cargo de professora da Vila Colombo, para cujo local, naquela época, o deslocamento diário exigia grandes sacrifícios.

Em 1913 foi transferida pelo Governador Afonso Camargo para a cidade de Paranaguá, onde permaneceu por algum tempo, sendo então, transferida para esta Capital, passando a exercer suas funções primeiramente em Passaúna e depois no Ahú. Transferida para o Grupo 19 de dezembro, onde lecionou por 19 anos, sendo sua função a de alfabetização, no que preparava duas turmas por ano. Nessa época, Senhor Presidente, eu próprio tive a honra de ser aluno da inesquecível mestra.

Posteriormente, passou a prestar seus serviços ao Grupo Escolar D. Pedro II, retornando, após, ao Grupo 19 de Dezembro, onde permaneceu até sua aposentadoria. Mestra por vocação, jamais quis abandonar seus alunos, tendo sido várias vezes convidada para exercer o cargo de Diretora ou Inspetora, sempre recusou, alegando que nascera para ensinar as primeiras letras, e que disso se orgulhava imensamente. Sua vida foi quase que toda dedicada aos seus alunos, a quem os considerava como próprios filhos.

Hoje, contando quase 85 anos de idade, a Professora Isabel vive a lembrança de seus ex-alunos, aos quais teve a felicidade de ensinar as primeiras letras, impulsionando-as às diferentes tarefas que ora realizam.

A Professora Isabel Lopes Santos Souza é natural da Lapa, onde nasceu em 5 de dezembro de 1891, filha dos finados Genésio Luiz Lopes e Dona Clara Lopes, sendo viúva do Senhor José dos Santos Souza.

Vale, finalmente, ressaltar, que a Professora Isabel, conforme dados de sua exemplar ficha funcional, nunca deixou de comparecer ao serviço, durante todo o período em que exerceu suas funções no Magistério do Estado do Paraná.

Certo de que a medida ora submetida a essa colenda Casa, merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — O Grupo Escolar do Pinheirinho, desta Capital, mantido pela Secretaria da Educação e da Cultura, fica denominado “GRUPO ESCOLAR PROFESSORA ISABEL LOPES SANTOS SOUZA”.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, a inserção na Ata da presente sessão, de um voto de regozijo pela passagem no dia de hoje destinado ao “Dia do Professor”.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo, pela realização em nossa Capital, da VIII CONVENÇÃO DOS SERRA CLUBE e o III CONGRESSO SACERDOTAL DO MUNDO.

Conclave esse que vem de reunir em nossa Capital, as mais altas autoridades eclesiásticas do País, além dos da Colômbia, Venezuela, Austria, Paraguai e Argentina, visando debater assuntos religiosos e eclesiásticos de interesses das comunidades de nossa Pátria.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à presidência do Serra Clube do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1976.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

Enquanto quase todos os países do mundo, atravessam uma crise séria de respeito às autoridades constituídas, e alguns até preocupam-se com distorcer nossa imagem, o Brasil, que respeita e transpira amplo clima de paz e de desenvolvimento e progresso, sedia no Paraná, a VIII Convenção dos Serra Clube, e o III Congresso Sacerdotal do Mundo, reunindo homens, desde a Colômbia, Venezuela, Áustria, Paraguai, Argentina, sem contarmos a presença de 3 Cardeais simultaneamente em Curitiba.

Todos eles vieram à nossa terra, para rezar juntos, pelas vocações sacerdotais, que é uma das missões à qual os Serra Clubes estão voltados.

Centenas de Seminaristas são apoiados em suas vocações pelos mesmos homens.

Por tudo o que estão fazendo, pela organização de todas as solenidades, atos que couberam aos nossos conterrâneos, com brilhantismo invulgar requeremos esse voto de regozijo.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Divisão Nacional de Saúde Mental por estar implantando em 19 Estados e um Território da Federação o Plano Integrado de Saúde.

Requer, outrossim, uma vez aceito o presente requerimento, do seu teor seja dado conhecimento ao Sr. Diretor da Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, através o Plano Integrado de Saúde já tem consignados no orçamento, recursos da ordem de 35 milhões de cruzeiros.

O objetivo do Plano é a implantação de um subsistema de saúde mental, diretamente vinculado ao Sistema Básico de Saúde. O Centro desse subsistema será a unidade de Saúde Mental, dispondo de equipe interdisciplinar, devendo executar ações diversificadas, tais como o atendimento extra-hospitalar em todos os níveis e a integração da família e da comunidade nas atividades de prevenção primária, secundária e terciária.

Serão integrados, através de ações de consultoria, os setores de pré-natal, obstetrícia, pediatria, enfermagem e assistência social, oferecendo unidade sanitária ao programa.

Em meio às várias ofertas de serviços propiciados pelo subsistema, os leitos psiquiátricos passarão a constituir recurso de indicação correta para as situações especiais.

A avaliação final do desenvolvimento do programa, através de atividades de supervisão, será feita em 1979.

As metas previstas para este ano são de 4.400.000 atendimentos psiquiátricos em ambulatorios; 220.000 atendimentos psiquiátricos em leitos hospitalares (pacientes/dia) e 1.438 profissionais.

Sergipe e Santa Catarina são os dois Estados já dotados de áreas programáticas experimentais.

Os demais Estados da Federação a receberem recursos para implantação do Plano Integrado de Saúde Mental: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Território de Rondônia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, ao Exmo. Sr. OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, DD. Secretário de Estado dos Transportes, ao Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro JOELMIR CAMPOS DE ARARIPE MACEDO, DD. Ministro da Aeronáutica e ao Exmo. Sr. Major-Brigadeiro LEONARDO TEIXEIRA COLLARES, DD. Comandante do V Comando Aéreo Regional, sediado em Porto Alegre-RS, encarecendo a necessidade da urgente pavimentação asfáltica no aeroporto de CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo transcorrido mais de ano do pronunciamento que fizemos nesta Casa, abordando a precária situação do aeroporto de Cascavel e alertando às autoridades estaduais da urgente necessidade da construção de um novo aeroporto, condizente com o notável progresso e desenvolvimento da conhecida Capital do Oeste Paranaense, mister se faz que esse almejado campo de pouso se concretize com brevidade.

É sabido que o atual aeroporto encontra-se no meio da cidade, pondo em risco inúmeras residências vizinhas e transeuntes da área.

Aliás, vários acidentes já ocorreram, com danos pessoais e materiais.

Não obstante, Cascavel é ponto de concentração sócio-econômica e centro polarizador da liderança agro-pecuária e industrial do Oeste do Estado, donde somas elevadas são carregadas aos cofres públicos e, por isso, torna-se imprescindível a implantação de pavimentação asfáltica na execução do projeto do novo aeroporto.

Ademais, quase cinquenta aeronaves mono-motores e bi-motores de propriedades particulares, consolidam a justificativa desta reivindicação, a qual vem roborada, ainda, pela existência de uma escola de pilotos, que tem formado, nos últimos quatro anos, vários habilitados para o desempenho profissional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que determine seja devidamente sinalizado, com semáforo ou "tartarugas", o cruzamento da Rua Augusto Severo com a Rua Rosa Gomes M. Leitão, que dá acesso a esta Casa Legislativa.

Requer, outrossim, seja enviada cópia de inteiro teor do presente, ao Senhor Diretor do IPPUC.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1976.

(a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

Acidentes diários, têm ocorrido no cruzamento das Ruas Augusto Severo e Rosa Gomes de Mello Leitão, fazendo vítimas os moradores das redondezas em constante sobressalto, dada a frequência com que têm acontecido acidentes em tal cruzamento, justamente pela falta de uma sinalização adequada, que chame a atenção dos motoristas que vêm pela Augusto Severo que julgam estarem na preferencial, baseados na praxe regulamentar que estipula estar na preferencial o veículo que vai entrar em uma rua cujo tráfego se faz pela sua esquerda.

Desta forma, a fim de se evitar tantos acidentes, alguns até com vítimas fatais, necessário se faz seja providenciada

uma sinalização condizente com o movimento de veículos e a periculosidade do cruzamento.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 121/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - O distrito de "Catarinenses" do município de Paranavai passa a denominar-se distrito de Graciosa.

Art. 2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1976.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei pretende restabelecer o que estabelecia a Lei 5941, de 8 de maio de 1969 que mudava o nome de "Graciosa dos Catarinenses" para Graciosa.

Inexplicavelmente a lei que organizava a Divisão Judiciária do Paraná, extinguiu o distrito de Graciosa.

Os cargos até o presente continuam a ser preenchidos para o Distrito de Catarinenses que a nosso ver não existe.

Estas são as razões que nos levaram a propor o presente projeto de lei com o fim de revigorar o que a lei acima mencionada estabelecia, denominando o próspero distrito de Paranavai de Graciosa, como determinava a lei supra mencionada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em agosto deste ano, sugeri, desta Casa, ao Governo do Estado do Paraná, formação de uma Comissão mista para estudar o problema do feijão preto, aqui, neste Estado.

Hoje, eu vejo, no jornal, "O ESTADO DO PARANÁ", uma declaração do Ministro da Agricultura, o Sr. Alysson Paulinelli. "Falando aos jornalistas, na sessão inaugural do encontro, em Campinas, o Ministro declarou que "só São Pedro pode explicar a falta de feijão", procurando enfatizar que "o Governo não desestimulou a produção deste ano", para compensar o excedente registrado em 1975".

Quatro fatores, segundo ele, todos eles ligados ao clima, contribuíram para que o volume produzido, apresentasse o "deficit" atual.

"A safra plantada no verão de 75, 76, afirmou ele, foi frustrada em 20 por cento, porque choveu demais.

Tivemos a safra da seca mas que não ultrapassou os níveis do razoável.

A safra do Nordeste, plantada em Irecê, e que costuma auxiliar no abastecimento, também se perdeu, inclusive as sementes.

E a chamada "safrinha" do Paraná, pouco andou."

"Paulinelli lembrou que, no ano passado, o País obteve uma grande safra de feijão, avaliada em 80 mil toneladas.

Deste total, segundo ele, cerca de 60 mil toneladas foram estocadas, e este estoque abriu a queda da produção até julho deste ano".

"Negou o Ministro, entretanto, que o Governo tivesse resolvido desestimular o plantio, a fim de evitar um novo surto de super produção.

Plantamos a mesma área de feijão, mas não tivemos a ajuda de São Pedro".

Realmente, é entristecedor, que para nós, que temos em mãos a resposta da Secretaria da Agricultura do Paraná, à sugestão que havíamos feito da formação de uma Comissão

para estudar o problema do feijão, o Sr. Ministro da Agricultura atribuir a queda da produção do feijão a São Pedro, porque não teria chovido.

E a Secretaria da Agricultura do Paraná, num trabalho, que diga-se de passagem, muito bem ordenado, com dados estatísticos, num trabalho de alto cunho científico, nos prova o contrário, nunca se referindo, em instante algum deste trabalho, que a oscilação da produção do feijão, se deve ao problema climático.

Devo registrar na Casa, esta contradição entre a Secretaria de Agricultura e o Ministério da Agricultura do Paraná, porque, quer me parecer, um dos dois lados está mal informado, está procurando justificar, sem os dados exatos e, conseqüentemente, enganando a opinião pública.

Diz, no andamento da informação prestada a esta Assembléia, pelo Secretário da Agricultura do Estado do Paraná: (Em 4 de outubro último, ofício 1185 do Sr. Secretário Paulo Carneiro Ribeiro, ao Deputado Aguinaldo Pereira Lima, primeiro Secretário da Casa)

— Apesar do preço fixado, ter sido estimulador para o plantio do feijão, a área plantada vem sofrendo grandes oscilações.

Já o Ministro da Agricultura, afirma que a área continua a mesma, mas é mais incisiva a Secretaria da Agricultura, ao afirmar que, nos últimos anos, a cultura do feijão, bem como do milho, vem sofrendo contínuas reduções na área de plantio, tendo o soja como principal cultura competitiva.

A cultura feijoeira está sendo relegada a um segundo plano.

Principalmente porque as áreas mecanizáveis estão sendo ocupadas pelo binômio trigo-soja.

E aponta, a Secretaria da Agricultura causas da queda de produção.

O preço seria um deles.

Vejam os Senhores, que, em 74, em julho de 74, o produtor recebeu, aqui no Paraná, 134, 82 por saca.

Já em julho de 1975, um ano após, recebeu apenas 105,45 cruzeiros por saca, tendo uma decaída de mais de 30 ou aproximadamente 30 cruzeiros por saca.

Outra causa que aponta a Secretaria da Agricultura, seria a falta de sementes melhoradas, o baixo índice tecnológico da produção, o crédito rural.

Então, existe realmente uma gritante diferenciação entre o que a Secretaria da Agricultura do Paraná acha, e o Ministério da Agricultura, razão porque admito se imponha realmente a formação de uma Comissão para levantar as causas da queda do preço do feijão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar registrado nesta Casa um artigo editado hoje pelo jornal "O Estado do Paraná", que, através de uma sátira, de uma crítica, retrata perfeitamente o que ocorre com o feijão do Brasil.

Sob o título "O Feijão e o Pesadelo", diz Carlos Eduardo Novaes: (LÉ) "Havia um certo alvoroço no cais do porto. Repórteres, cinegrafistas, fotógrafos e curiosos movimentavam-se com visível expectativa, à espera do navio L.L. Peru.

Qualquer observador desavisado podia jurar que se aguardava a chegada de uma grande personalidade.

Quem vem aí? — perguntou o Boca — é o Frank Sinatra?

— Não. É o feijão.

O Feijão vinha do Chile. Desembarcou e, protegido por agentes de segurança, foi levado à sala VIP, onde concedeu uma entrevista coletiva à imprensa. Durante a entrevista, o feijão não fugiu aos lugares comuns de todos os visitantes, afirmando que "estava muito satisfeito em poder voltar ao Brasil".

— Quantos anos você morou aqui? — perguntou um repórter.

— Uns sete mil anos.

— Sete mil?
 — É verdade. Sou colega do milho e da mandioca. Começamos juntos, plantados pelos índios.
 — E você nasceu onde?
 — Aqui. Sou um dos poucos alimentos do cardápio internacional nascido no Brasil.

“É mesmo”, assustaram-se os repórteres. O feijão confirmou, mostrando sua certidão de nascimento, onde se lia. “Originário do Brasil Meridional”. Seu secretário interrompeu-o, dizendo que, antes de ir para os supermercados, daria uma volta na cidade em carro aberto para que o povo pudesse vê-lo. O feijão retomou a entrevista e passou a falar com saudade dos tempos em que morou no Brasil: “Eu realmente pesava na balança comercial, cheguei a dar vários títulos de “maior produtor do mundo em feijão”, ao Brasil. Recordo-me que, nos anos 60, o País produziu 2 milhões 600 mil toneladas, era maravilhoso, eu estava em todas as mesas”.

Um repórter apartou-o para comentar: “Bons tempos aqueles, hein feijão... Tempos de fartura e abundância, lembro-me de que nós marcávamos os cartões de víspora com você”.

— E por que você deixou o país?
 — É verdade — perguntou outro — que você ficou contrariado com os aumentos sucessivos no seu preço?
 — Bem, eu não sou uma comida de elite. Com o aumento dos preços daqui a pouco eu estaria sendo servido no Michel, no Concorde. Isso vai contra minhas convicções ideológicas.
 — Quer dizer que foi por motivos políticos?
 — Talvez. Eu sempre fui a base da alimentação popular. E o Governo sempre olhou com certa desconfiança para tudo que fosse popular.

— Você foi tachado de subversivo?
 — É possível. Como tenho um alto valor protético, eles ficaram com medo que eu acabasse fortalecendo as bases populares.

— Mas por que você escolheu o Chile? Não faz sentido. Se ainda fosse o aspargo nós compreenderíamos, mas você...

— Eu fui antes de setembro de 1973.
 — E por que continua até hoje?
 — Alguém tem que se sacrificar. Se eu sair do Chile, os presos morrem de fome. Eles só servem feijão nas prisões. Pretende se mudar para o México, onde aliás já moram alguns membros de sua família. O Governo chileno, porém, mostra-se eufórico com as contínuas exportações para o Brasil. Na verdade, comprando tanto feijão, nós estamos levantando a economia chilena. Os chilenos sabem disso:— por todos os lugares se vêem plantações de feijão. Até nos quintais de La Moneda. Vários ministros, inclusive, entusiasmados, já disseram que pretendem subsistir as minas de cobre por minas de feijão.

Enquanto isso, aqui no Rio, formam-se filas intermináveis à procura do feijão. A fila do feijão, por sinal, foi disparada a melhor das últimas semanas, superando a fila da casa própria, a fila da pré-matrícula, a fila do PIS, a fila das balas de Cosme e Damíão, e a fila para inscrições ao concurso de datilógrafo do INPS. Nem as filas de racionamento na Inglaterra, depois da guerra, estiveram tão emocionantes. Dava gosto ver o povo nas ruas gritando em coro:— queremos feijão, queremos feijão (alguns estudiosos em feijão chamavam-no pelo nome latino:— (queremos phaseolus vulgaris) diante dos supermercados. Houve empurrões, pancadarias, correrias, invasões e desmaios (desmaios, na sua maioria, de fome). Na Avenida Brás de Pina, havia uma concentração de mais de 5 mil pessoas. Na Pavuna, onde há três supermercados juntos, reuniram-se cerca de 6 mil pessoas. À medida que o feijão acabava numa mercearia, os consumidores corriam para outros. Aconteceram os casos mais estranhos.

Em São João do Meriti, ao terminar a fila, o gerente chamou o chefe do PM que zelava pela ordem e passou um dinheirinho ao chefe do pelotão dizendo:— “Isso aqui é prá uma

cervejinha”.

— Não, obrigado — recusou o chefe.
 — Vá, — insistiu o gerente — que bobagem, aceite...
 — Não, obrigado, cervejinha não. Eu prefiro que o senhor nos pague em feijão.
 — O feijão, infelizmente, acabou.
 — O senhor não guardou nem um pouquinho prá nós?
 — Eu não sabia que o pessoal da PM gostava de feijão.
 — O senhor pensa o quê? Que nós comemos caviar?
 — Parece. Se vocês gostassem de feijão, também estariam na fila.

O gerente tornou a dizer que o feijão tinha acabado. “Acabou?” vociferou o chefe do pelotão, e virando-se para o choque: “Então vamos invadir o supermercado”. O gerente, em pânico, pediu o auxílio aos consumidores. Foi um custo. Os consumidores tiveram que usar de toda energia para conter o pelotão da PM.

Em Honório Gurgel, os consumidores enfureceram-se quando terminou o feijão. O gerente, amedrontado, reuniu os funcionários e solicitou um voluntário:— “Quem tem coragem de ir lá fora dizer que o feijão acabou?” A multidão enfurecida invadiu o supermercado,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica ao nobre orador, que o tempo regimental que lhe é reservado já esgotou e concede mais um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concluirei, Sr. Presidente.

“... jogou um funcionário no chão e, com as mãos em sua garganta, exigiram que confessasse onde estava o feijão.

— Não sei. Juro que não sei. E não apertem minha garganta. Eu acabarei de almoçar.
 — E você almoçou o que?
 — Bem, eu almocei feijão.
 — Feijão? Então abram-lhe a barriga. Vamos ficar com esse feijão.

As pessoas, quase beirando a histeria, corriam pelos corredores do supermercado. Algumas reviravam as prateleiras, outras chamavam pelo feijão com assvio de chamar cachorro, agarravam-se nas pernas dos funcionários, implorando:— “O feijão pelo amor de Deus, onde está o feijão?”

— Nós não temos mais feijão.
 — Não é possível. O senhor tem que arranjar. Eu tenho que comer feijão. Eu sofro de uma doença que só melhora com feijão.

O gerente, rápido, mandou um empregado à televisão:— “Fale com aquele serviço de utilidade pública, peça a quem tiver 100 gramas de feijão, tipo uberabinha, diga que é para salvar uma vida”.

Lá pelo meio dia todos os supermercados já tinham vendido seus estoques de feijão. A multidão que ainda não conseguia seus dois quilos, regularmente, se reuniu às tontas na Praça da Penha, para traçar novos planos:— “Onde vamos conseguir feijão? Numa farmácia? Na padaria? Açogue?”. As pessoas davam os mais diferentes palpites. Até que alguém gritou:— “Vamos para a Embaixada do Chile”.

—E lá tem feijão, perguntou uma senhora que pensava que o feijão ainda fosse brasileiro.

— Se tem? No Chile estão esbanjando. Tem tanto que quando os noivos saem da Igreja, já não lhes jogam arroz, jogam feijão.

Imediatamente, várias senhoras se propuseram a arrumar suas malas e se mudar para o Chile:— “Pelo menos já não passaremos por esta humilhante situação, tem muito mais feijão do que aqui”.

— Sim — disse alguém — sim — mais feijão mas, menos liberdade.

— Que me importa — voltou a senhora. Eu não como

liberdade. Eu quero meus 2 quilos de feijão.

— Não prefere 2 quilos de liberdade?

— Depende. A fila está menor do que a do feijão?"

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda rossoam neste Plenário, as vozes, as aspirações, o próprio sentimento do momento que esta Assembléia viveu, notadamente, nos dois últimos dias, quando teve oportunidade de, pela primeira vez, mostrar ao povo paranaense porquê a necessidade do Parlamento.

Quero me referir ao fato que dominou desde a última quarta-feira, não só as preocupações dos Deputados, não só os anseios do magistério paranaense, mas, enfim, a todo o povo do Paraná que se viu momentaneamente envolvido a fundo, num processo legislativo que na atual legislatura conseguiu empolgar a toda esta unidade da Federação.

Aqui se marcaram posições, aqui surgiram novos conceitos mas, principalmente, das vozes autorizadas de diversos Deputados, se conseguiu, num consenso unânime, alcançar um objetivo que concretizado, virá satisfazer a alentada e antiga aspiração de uma classe funcional da administração pública. E hoje, coincidentemente, comemora-se um toda a Nação brasileira, o "Dia do Professor". E me lembrei de, nesta oportunidade, ocupar a tribuna para encaminhar à apreciação do Plenário, requerimento propondo a inserção em Ata de voto de regozijo pelo transcurso dessa efeméride.

Mas não é pelo requerimento apenas que a Assembléia demonstrará o seu júbilo pela data que irá marcar em termos elevados, o seu respeito, a sua admiração pelos professores.

Nós conseguimos, felizmente, em homenagem àqueles que para cá nos trouxeram em 74, transcender num único episódio, toda a missão de quatro anos que nos fora confiada por ocasião do processo eleitoral do mencionado ano.

É que o comportamento desta Casa na elaboração legislativa do Estatuto do Magistério, deixou claro a todos os paranaenses, os que governam e os que são governados, que a Assembléia Legislativa do Paraná, é constituída por homens conscientes, por homens que têm personalidade, e sobretudo por homens que, tendo discernimento, pensam por si mesmos. Não é hora, ainda, de nos fixarmos numa análise do que é certo e do que é errado, em relação ao Estatuto do Magistério.

Só o tempo, a experiência e a prática da utilização deste Diploma Legal é que nos permitirá avaliar honestamente, se o que nós legislamos era exatadamente o adequado para esta época.

E faço essa ressalva, porque no "Dia do Professor" me recordei das palavras de um dos maiores professores que a nossa Nação já conheceu, que foi Francisco Santiago Dantas, e que em memorável conferência, afirmou, certa feita, que o mal do século consistia exatamente em que, ao invés dos juristas conceberem normas jurídicas para a época em que vivem, preferem, ao contrário, conceber uma época para as suas elocubrações jurídicas.

E foi porque assim pensava, que ao trabalhar na elaboração legislativa do Estatuto do Magistério, me preocupei, sobretudo em fixar um conceito para a época em que vivemos para que, a partir daí, pudesse sugerir algumas normas jurídicas para regular as situações que são desta época, e que não são nem de ontem, e não serão de amanhã.

Constitui um grande engano, senão até uma tolice e pretensão, querer fixar hoje regras jurídicas para regular situações do futuro.

A época em que vivemos é tão dinâmica, a ponto de, situações momentâneas se transformarem com uma rapidez que o legislador moderno não está sabendo acompanhar. Tam-

bém é um equívoco pensar, que o Estatuto do Magistério, que na próxima semana estará concretizado em Lei, servirá com o novo tempo.

Tenho absoluta certeza de que, no próximo ano e a cada ano que se seguir, esta Assembléia será obrigada a alterar várias de suas normas para adaptá-lo às novas situações que seguramente surgirão no cenário da sistemática educacional.

Por isso, se temos algum orgulho, se podemos nos ufanar da obra pronta e acabada que entregaremos ao Chefe do Poder Executivo, este orgulho e este ufanismo só pode estar concentrado num único fato, o de que procuramos atender, neste momento, as reivindicações dos professores deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica ao nobre orador, que está esgotado o tempo que lhe é reservado, e pede que conclua sua oração.

O SR. ACCIOLY NETO — E, ao encerrar, pretendo contar e certamente contarei com o apoio dos Srs. Deputados ao requerimento que darei entrada à Mesa, para que, ao lado do Estatuto do Magistério, com as suas perfeições, com as suas imperfeições e também com as suas omissões, nós posamos, ainda, uma vez, homenagear o Magistério Paranaense.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Lossó, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente associamo-nos com o Deputado Accioly Neto, pelo seu requerimento, que visa consignar um voto de regozijo, pela passagem do "Dia do Professor". Daremos o nosso voto favorável, aceitando as fundamentações trazidas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nas sessões, em que votamos o Estatuto do Magistério, velha aspiração dos professores do Estado do Paraná, todos os Deputados com assento nesta Casa, naturalmente, levaram em consideração ter sido exaustivamente estudada a matéria, não apenas, pelos parlamentares que compuseram a Comissão Especial, ou não, mas também, por professores que elaboraram o texto original, e que também serão alcançados pelos dispositivos, sugeridos e aprovados.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se de um lado algumas sugestões ou reivindicações da classe do magistério não puderam ser atendidas, de outro lado, professores, que participaram deste trabalho, procuraram observar quais medidas seriam exequíveis, na prática não criando um instrumento impossível de ser executado, mas sim, proporcionando medidas, que visem um justo atendimento à numerosa classe.

Sabemos, que o Estatuto não está perfeito. No futuro, novas sugestões ou mesmo as sugestões já apresentadas poderão paulatinamente ser inseridas.

Mas, o início foi dado; a primeira etapa da luta da classe do Magistério já foi alcançada, e esta Casa, teve, através de todos os seus membros, um papel relevante que foi desempenhado e está sendo ainda, na votação da quarta Discussão e da Redação Final.

A respeito do assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontramos no prestigioso jornal "A GAZETA DO POVO", um editorial, que muito bem retrata o desempenho desta Casa Legislativa, na votação do Estatuto do Magistério.

Passo a lê-lo para que faça parte dos Anais históricos desta Casa.

(LEND) "O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO.

Classe politizada e sensível aos multiplicados problemas que informam sua realidade, o professorado está assistindo, nestas últimas horas, a um acontecimento que deve ser qualificado de histórico.

A votação do Estatuto do Magistério, pela Assembléia, com a presença de centenas de mestres, representa, por si mes-

mo, um estágio de conquista que, certamente, não encontra paralelo na maioria dos Estados brasileiros.

No Paraná, depois de muitas lutas político-administrativas e com posicionamentos técnicos bem definidos, chegou-se à fase da remessa, pelo Executivo, do ante-projeto de lei, agora, transitando, no Palácio "19 de Dezembro".

A classe não está alheia ao fato. "Gazeta do Povo" num trabalho especial tem acompanhado com detalhes e levado aos leitores com minúcias o andamento do projeto.

Dentro de um processo democrático extramamente válido, a classe dos professores está fazendo presença no decurso da votação, através de contatos que se plurarizam com os Senhores Parlamentares, na defesa de seus pontos de vista.

O projeto do Estatuto do Magistério está sendo votado artigo por artigo, alguns dos quais têm uma significação muito ampla.

Observe-se, nesse particular, o que reza o de número 50, que foi derrotado pela maioria dos parlamentares.

Esse inciso, como é do mais vasto conhecimento do professorado, permitia a remoção ex-offício, "por interesse do ensino" dos mestres lotados no quadro de servidores do Estado. Entendeu-se, nas interpretações dadas ao artigo, que continha condições negativas à liberdade do professor.

E, durante os debates travados, o que se verificou foi a posição da maioria contrária a esse dispositivo do projeto.

O importante, nessa realidade, foi que a classe estava contrária ao artigo 50 e, mais relevante ainda, foi que se viu, no jogo democrático, a vitória de uma linha de idéias, que, aliás, está sendo perseguida com tenacidade, ou seja, a aprovação de um diploma que deverá ser um dos mais perfeitos, no seu gênero, em nosso País.

Em termos globais, a classe terá uma grande vitória, com a existência, em si, do Estatuto do Magistério, numa iniciativa que se deve, com serenidade, levar-se à conta do poder público, com vistas ao atendimento dos senhores professores do Paraná.

E outros Estados, certamente, não há um trabalho desse porte e nem se processa, política e democraticamente, um debate como o que vimos assistindo, na comprovação muito ampla de que vários fatores foram postos em movimentação.

O primeiro deles é o gesto do Executivo remetendo à Assembléia o anteprojeto.

O segundo é a consciência, devidamente arregimentada, da classe interessada e o terceiro ponto, também relevante, diz respeito às posições adotadas pelos Senhores Deputados frente à matéria.

Tudo isso configura um quadro cuja importância não se pode deixar de considerar, antes, pelo contrário, há que se pôr em linha de preeminência".

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observamos que a classe dos professores está de parabéns, em seu dia, eis que o Poder Executivo, atendendo as reivindicações, encaminhou a esta Casa o Estatuto do Magistério.

E esta Casa, consciente da necessidade do Estatuto, não deixou para depois, votou agora mesmo, correndo, assim, o risco de serem alguns Deputados mal interpretados.

Mas, não fugiu à realidade dos fatos, isto é, à necessidade do Estatuto do Magistério.

Válida também a conscientização de certos professores que sabem o que querem, sabem avaliar os fatos e compreender que as medidas aprovadas pela Maioria correspondem àquelas que serão executadas pelo Poder Público do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, quando fazia uso da palavra no Grande Expedien-

te desta Casa o Sr. Deputado Del Ciel, do Movimento Democrático Brasileiro, que foi por este Deputado apartado, no sentido de colaborar com aquele pronunciamento, com referência à grande Londrina, que é governada, desde há muito, por Prefeitos do MDB, referiu-se também aquele ilustre Deputado, quanto à expedição e fornecimento de carteiras de habilitação a pessoas cegas e com defeitos físicos.

Hoje, para nossa surpresa, um matutino que muito consideramos, de grande conceito não só nesta Capital mas em todo o Estado do Paraná, quicá do Brasil, traz a seguinte nota: (LENDO): "Del Ciel citou casos como a habilitação de pessoas cegas, com defeitos físicos, que segundo ele foram comprovados. Exigiu das autoridades do DETRAN uma tomada de posição para coibir esses abusos, estariam sendo cometidos unicamente com fins eleitoreiros.

Foi apartado pelo seu colega de bancada Jurandir Messias, que se solidarizou com seu pronunciamento, afirmando que esse fato está acontecendo não somente na Grande Londrina, mas em todo o Estado".

Efetivamente, Sr. Presidente, não foi meu o aparte, mas não sei se por um equívoco ou má interpretação do jornal, deu como meu o aparte.

Queria justificar, Sr. Presidente, que meu aparte, além de eu não pertencer à ilustre bancada do Deputado Del Ciel - o que muito me honraria se o fosse - deve constar das notas taquigráficas e não se fundamentou, absolutamente, nesse sentido.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, queria também fazer um registro sobre o pronunciamento do Deputado Nilso Sgaurezi.

O nobre Deputado, usando do Pequeno Expediente, teceu inúmeras críticas ao problema do feijão preto que sumiu do mercado.

Mas, o eminente Deputado, lendo uma nota de um matutino de São Paulo que critica o Ministro Paulinelli e Secretário da Agricultura, fazendo uma comparação entre o que dizia aquele Ministro e o Secretário da Agricultura do Paraná.

Mas o eminente Deputado Nilso Sgaurezi há de convir que efetivamente nós temos um grande ônus de sermos governo e não podemos, de maneira nenhuma, nobre Deputado Nilso Sgaurezi, pedir a São Pedro, ou rogar a São Pedro que todos os anos faça chover na época oportuna e faça sol quando necessário.

Mas, pedimos ao ilustre Deputado do MDB, se possível, tanto S. Exa. quanto sua bancada, que nos ajudem, que colaborem com o governo e com o povo, arrumando uma solução.

Que nos traga uma solução para que não falte mais o feijão, o feijão preto principalmente.

Aqui fica, nobre Deputado Sgaurezi, na nossa rápida passagem pela tribuna, esse pedido em nome da bancada do povo do Paraná, se V. Exa. tiver um meio de solucionar, nós aceitaremos sua colaboração.

Portanto, fica aqui, em nome do povo do Paraná, que está sofrendo com a falta do feijão preto realmente, o pedido para que V. Exa. traga uma sugestão ao governo, para que não falte mais no mercado, o feijão preto. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero também, em data de hoje, apresentar um voto de regozijo pela passagem do "Dia do Professor".

Tivemos oportunidade de ler hoje a nota emitida pelas duas associações APLP e APP dizendo que o Estatuto está distante do que a classe esperava.

Nós fizemos tudo para que no dia de hoje pudesse ser sancionada a Lei do Estatuto do Magistério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Srs. Deputados, a Assembleia foi surpreendida com a Nota Oficial assinada pelos professores Argemiro Aluísio Karling e Eduardo Tavares Pereira, que têm estado nesta Casa defendendo seus pontos de vista e da classe dos professores, com relação ao Estatuto do Magistério.

Ontem, os aludidos Presidentes estiveram em nossa Tribuna de Honra, portanto, foram homenageados por esta Casa.

Entretanto, além dos elogios feitos às bancadas e aos Deputados, que julgamos legítimos, esses professores agrediram a Deputados desta Casa e às bancadas, quebrando com uma norma que a Casa desejaria fosse respeitada.

Os Deputados desta Casa não são subservientes. Todos nós fomos trazidos para aqui com o voto popular.

Aqui votamos com as nossas consciências e, no caso do Estatuto do Magistério, só pesando os interesses do professorado e os interesses do Estado.

Diz a nota, inclusive, em certo ponto, “não admitir justificativa dos Deputados”. Desde quando uma associação pode ou não pode admitir alguma coisa em se falando de Deputado? O Deputado vem ou não vem e vota com a sua consciência.

Nestas condições, acho que os Presidentes que assinaram essa nota feriram não só os Deputados, como a Assembleia Legislativa.

Como decisão, esta Presidência proíbe a entrada desses professores nas Tribunas de Honra do Plenário desta Casa, porque eles ofenderam a soberania da Casa e as pessoas dos Deputados, ficando com acesso apenas às galerias, a não ser que os aludidos Presidentes se retratem dos termos da Nota Oficial.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 132/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de NOVA FÁTIMA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ADELAIDE GLASER e o GINÁSIO ESTADUAL DR. ALOYSIO DE BARROS TOSTES, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 132/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Fátima, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Adelaide Glaser Ross e o Ginásio Estadual Dr. Aloysio de Barros Tostes, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente.

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 133/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município

de LONDRINA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ARTHUR BERNARDES, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 133/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur Bernardes, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 134/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PORTO RICO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a UNIDADE SANITÁRIA e HOSPITAL, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 134/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Porto Rico, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam a Unidade Sanitária e o Hospital, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 135/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO e o GINÁSIO ESTADUAL MANOEL BANDEIRA. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 135/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Rancho Alegre, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Rocha Pombo e o Ginásio Estadual Manoel Bandeira, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 136/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 136/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 01 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Ginásio Estadual, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 137/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de AMAPORÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o POSTO DE SAÚDE e o GRUPO ESCOLAR OLAVO BILAC. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 137/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Amaporá, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Olavo Bilac, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 138/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de APUCARANA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 138/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Padre Antônio Vieira e o Grupo Escolar Vereador José Ramos de Oliveira, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 139/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CAMBARÁ, objetivando execução de reparos no prédio da ESCOLA DE APLICAÇÃO ROSA SAPORSKI, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 139/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Cambará, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Rosa Saporski, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 140/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de reparos nos prédios de UNIDADES ESCOLARES, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 140/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Cidade Gaúcha, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Arthur Bernardes e o Grupo Escolar Dom Bosco, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 141/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CONTENDA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o POSTO DE PUERICULTURA e o GRUPO ESCOLAR JOÃO FRANCO. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 141/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Contenda, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Puericultura e o Grupo Escolar João Franco, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 142/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de JACAREZINHO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 142/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Se-

cretaria da Administração, e o município de Jacarezinho, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Rui Barbosa, o Grupo Escolar Vila São Pedro, o Grupo Escolar Almirante Barroso, o Grupo Escolar Rafael Fagá e a Casa Escolar Virgem Poderosa, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 143/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de JARDIM OLINDA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 143/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Jardim Olinda, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 144/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MARILUZ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 144/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mariluz, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Alfredo de Almeida e o Ginásio Estadual Dom Bosco, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 145/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de OURIZONA, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 145/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ourizona, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o

Grupo Escolar Rocha Pombo, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 146/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PINHALÃO, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o POSTO DE PUERICULTURA, GINÁSIO ESTADUAL CASTRO ALVES e o GRUPO ESCOLAR. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 146/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Pinhalão, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Puericultura, o Ginásio Estadual Castro Alves e o Grupo Escolar, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 147/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PRIMEIRO DE MAIO, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR "MIGUEL DEWES", da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 147/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Primeiro de Maio, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dewes, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 148/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando reparos no prédio do GINÁSIO ESTADUAL VISCONDE DE TAUNAY, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 148/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de São João do Caiuá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Visconde de Taunay, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 149/76, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Estado do Paraná e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, com os objetivos que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 149/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de maio de 1976, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Estado do Paraná e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, objetivando a realização de estudos de interesse do desenvolvimento agroindustrial da região Sul.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 154/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de MANDAGUARI, objetivando reparos no prédio onde funciona o COLÉGIO ESTADUAL "VERA CRUZ", do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 154/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mandaguari, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Vera Cruz, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 155/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de CÂNDIDO DE ABRU, objetivando reparos nos prédios onde funcionam CASAS ESCOLARES, dos distritos que especifica, daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 155/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Cândido de Abreu, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar de Pinhal, a Casa Escolar de Serra Paulista, a Casa Escolar de Três Bicos, a Casa Escolar de Teresa Cristina, a Casa Escolar de Saltinho, a Casa Escolar de Marumby, a Casa Escolar de Terra Branca, a Casa Escolar de Faxinal, a Casa Escolar de Catanduvas, e a Casa Escolar de Capinzal, do referido

município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 156/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de CASTRO, objetivando reparos no prédio onde funciona o EDUCANDÁRIO MANOEL RIBAS, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 156/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Castro, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Educandário Manoel Ribas da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 157/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de FAXINAL, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR AUGUSTO BAHLS, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 157/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Faxinal, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Professor Augusto Bahls, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 158/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DEOLINDO CORREIA DE MELLO e o GINÁSIO ESTADUAL JERÔNIMO FARIAS MARTINS. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 158/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funciona o Grupo Escolar Deolindo Correia de Mello, o Ginásio Estadual Jerônimo Farias Martins e a Casa do Zelador, no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 159/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de TERRA ROXA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR CASTRO ALVES e o POSTO DE SAÚDE. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 159/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Terra Roxa, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 138/76, que proíbe exigência de atestado ideológico mediante certidão da Delegacia de Ordem Polítca e Social, em qualquer repartição indireta ou direta do Estado. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 138/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — É proibida a exigência de atestado ideológico, notadamente certidão da Delegacia de Ordem Polítca e Social, em qualquer repartição da administração indireta ou direta do Estado.

Art. 2º — As portarias ou resoluções de qualquer repartição que fizerem referência a essa exigência deverão ser alteradas, para excluí-la, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do dia de hoje destinado ao "Dia do Professor". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela realização em nossa Capital, da VIII Convenção dos Serra Clube e III Congresso Sacerdotal do Mundo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidécino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes, Ministro da Aeronáutica e ao Sr. Comandante do V Comando Aéreo Regional, sediado em Porto Alegre - RS, encarecendo a necessidade da pavimentação asfáltica no aeroporto de Casca-vel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine seja devidamente sinalizado, com semáforo ou "tartarugas", o cruzamento da Rua Augusto Severo com a rua Rosa Gomes M. Leitão, que dá acesso a esta Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Divisão Nacional de Saúde Mental por estar implantando em 19 Estados e um Território da Federação o Plano Integrado de Saúde. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 192/76, 194/76, 195/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 196/76, 197/76, 198/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 100/76, 201/76, 202/76 e de Lei números 107/75, 104/76.

Levanta-se a sessão.